

14.1.1 — Para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º da referida Portaria e nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, neste procedimento concursal o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sob qualquer outra preferência legal.

14.1.2 — A ordenação dos candidatos que se encontrem em situação de igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial, é efetuada, de forma decrescente, tendo por referência os seguintes critérios:

- a) Valoração da Experiência Profissional;
- b) Valoração da Formação Profissional;
- c) Valoração da Habilitação Académica de Base;
- d) Preferência pelo candidato de maior de idade.

14.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados e dos excluídos no decurso da aplicação do único método de seleção Avaliação Curricular é notificada, para efeitos de audiência de interessados, nos termos do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

14.3 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação da Diretora da Escola Secundária Rainha Dona Amélia, é afixada nas respetivas instalações em local visível e público e disponibilizada na página eletrónica da Escola Secundária Rainha Dona Amélia, sendo ainda publicado um aviso no *Diário da República*, 2.ª série, com informação sobre a sua publicitação.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Prazo de validade: O procedimento concursal é válido para o preenchimento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17 — Nos termos do disposto n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, o presente aviso é publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, bem como na página eletrónica desta Escola Secundária Rainha Dona Amélia, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República*, 2.ª série, e, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

16 de janeiro de 2014. — A Diretora, *Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué*.

207544951

Agrupamento de Escolas Rainha D. Leonor

Despacho n.º 1360/2014

Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, prorrogo a mobilidade interna intercarreiras da Assistente Operacional, Ana Cândida da Costa Nogueira, para exercer as funções de Encarregada de Coordenação dos Assistentes Operacionais, até 31 de dezembro de 2014.

16 de janeiro de 2014. — A Presidente da CAP, *Maria Margarida Cunha*.

207546774

Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho, Barcelinhos

Aviso n.º 1194/2014

Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, prorrogo até 31 de dezembro de 2014, a Mobilidade Interna Intercategorias do Assistente Operacional, José Cândido Campos Ramos Lopes, para exercer as funções de Encarregado de Coordenação do Pessoal Assistente Operacional.

16 de janeiro de 2014. — A Diretora, *Maria Paula Abreu Pereira Elias de Sousa*.

207546871

Agrupamento de Escolas de Teixoso, Covilhã

Aviso n.º 1195/2014

Nos termos do disposto na alínea d) do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa do pessoal não do-

cente que cessou funções por motivo de aposentação no período compreendido entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2013:

Nome	Categoria	Data da cessação
M.ª da Graça Lameiras Pereira Matos	Assistente Técnico	31/05/2013

16 de janeiro de 2014. — A Diretora, *Liliana Maria Pires Ramos*.
207542983

Aviso n.º 1196/2014

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, torna-se público que por despacho da Diretora do Agrupamento de Escolas do Teixoso, foi nomeada como Coordenadora Técnica em regime de substituição, a Assistente Técnica Graça Maria Madaleno Delgado Craveiro, com efeitos a 1 de janeiro de 2014.

16 de janeiro de 2014. — A Diretora, *Liliana Maria Pires Ramos*.
207542959

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1361/2014

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que importa acautelar o normal funcionamento do Instituto da Segurança Social, I.P.;

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 25.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 48.º, ambos da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho;

Ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determino:

1 - São designados, em regime de substituição, para os cargos de vice-presidente e vogal do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P., respetivamente, os licenciados Paulo Jorge Antunes Ferreira e Marta Gameiro Cardoso Mendes Pires Brito Pereira, cujos currículos académico e profissional, anexos ao presente despacho, evidenciam o perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício dos referidos cargos.

2 - O vice-presidente, ora designado é exonerado do cargo que vinha exercendo como vogal do Instituto de Segurança Social, I.P..

3 - O presente despacho produz efeitos a 16 de janeiro de 2014.

15 de janeiro de 2014. — O Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

ANEXO

Paulo Jorge Antunes Ferreira

Paulo Jorge Antunes Ferreira nasceu em Santo Tirso a 24 de janeiro de 1966. É vogal do conselho diretivo do Instituto da Segurança Social, I.P. desde setembro de 2012, onde é responsável pela gestão do Departamento de Gestão e Controlo Financeiro, do Departamento de Prestações e Contribuições, do Departamento de Proteção contra os Riscos Profissionais e do Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso. É membro do conselho geral da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., em representação do ISS desde fevereiro de 2013. É membro do conselho de administração do Instituto de Emprego de Formação Profissional, I.P., em representação do Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social desde janeiro de 2013. Completou em junho de 1984, o 12º ano de escolaridade no Instituto Nun'Álvares, mais conhecido pelo Colégio das Caldinhas, em Santo Tirso. Concluiu a Licenciatura em Direito na Universidade Portucalense, em setembro de 1989. Concluiu o estágio exigido pela Ordem

dos Advogados para o exercício da advocacia em maio de 1991. Foi Administrador da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto desde janeiro a agosto de 2005, onde foi o responsável pela definição dos objetivos estratégicos da Fundação nas áreas funcionais de Qualificação Profissional e Promoção do Emprego, Viver no Centro Histórico e Dinamização Comunitária. Foi Diretor-Adjunto do Centro Distrital de Segurança Social do Porto desde setembro de 2002 até maio de 2005, onde foi responsável pelas Áreas de Enquadramento, Vinculação e Registo de Remunerações, de Planeamento e Estatística, de Apoio aos Estabelecimentos Integrados, pela Área Funcional de Contribuintes e Área Jurídica. Exerceu funções de docente no Instituto Nun'Álvares, desde setembro de 1991 até julho de 1994, onde lecionou as disciplinas de Direito e Relações Públicas no 10.º Ano de Escolaridade do Curso Geral de Humanísticas, bem como as cadeiras de Legislação Comercial, Fiscal e Laboral, no Curso Técnico de Marketing e Secretariado. Foi advogado desde maio de 1991 a setembro de 2002 e desde agosto de 2005 a julho de 2012. Foi Membro da Assembleia Metropolitana do Porto desde dezembro de 2009 a outubro de 2013. Foi Membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso desde dezembro de 1997 a dezembro de 2001 e desde outubro de 2009 a outubro de 2013. Foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Santo Tirso desde outubro de 2005 a outubro de 2009, foi Vereador da Câmara Municipal de Santo Tirso desde janeiro de 2002 a outubro de 2005. Concluiu com aproveitamento o “CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública”, organizado em 2013 pelo INA - Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas. Participou no “SAD - Seminário de Alta Direção em Administração Pública”, organizado em 2004 pelo INA – Instituto Nacional de Administração; no Curso de Formação sobre a “Definição do Enquadramento Estratégico do ISS, I.P. 2013-2015”; no 2.º Congresso Nacional da Administração Pública; no Curso de Formação sobre “O Novo Contencioso Administrativo”; no Curso de Formação sobre os “Sistemas de Gestão da Qualidade”. Teve intervenção como Orador nas Décimas Sextas Jornadas Culturais de Vila das Aves, na Conferência “A Problemática do Idoso”, realizada em outubro de 2002; teve Intervenção como Orador com o tema “Políticas de Inclusão Social” no 1.º Encontro Transnacional (Portugal-Itália), organizado no âmbito do projeto PERCURSOS em parceria com o projeto ARES (Iniciativa Comunitária EQUAL), realizado em 22 e 23 de novembro de 2002; Intervenção como Orador com o tema “A Segurança Social em Portugal” na 1.ª Convenção do Movimento Associativo do Distrito do Porto, organizado pelo Governo Civil do Porto em 8 de novembro de 2003; Intervenção como Orador com o tema “A Segurança Social e as Organizações de 3.º Sector” no 3.º Encontro Transnacional (Itália-Portugal), organizado no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, realizado em Foligno, Itália, no dia 1 de julho de 2004.

Marta Gameiro Cardoso Mendes Pires Brito Pereira

Marta Gameiro Cardoso Mendes Pires Brito Pereira, licenciada em Direito pela Universidade Católica de Lisboa, Programa de Contabilidade e Finanças pela UCP (2003) e Executive MBA pelo INDEG/ISCTE (2005-2006). Advogada na Sociedade de Advogados A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados de setembro de 1997 a fevereiro de 2003; advogada na HIPOGEST – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de fevereiro de 2003 a agosto de 2006; administradora-executiva na HIPOGEST – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., de agosto de 2006 a agosto de 2008; administradora-delegada na sociedade EUROFROZEN – Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, S.A., até janeiro de 2013; adjunta do gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social desde setembro de 2013.

207543566

Autoridade para as Condições do Trabalho

Despacho n.º 1362/2014

Nos termos do artigo 1.º, n.º 4.2 da Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de setembro e do artigo 1.º, n.º 1.1, alínea g), do Despacho n.º 22 726-A/2007, de 21 de setembro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, foi criada uma rede de serviços descentralizados da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), constituídas por Centros Locais e Unidades Locais, que deverão ser chefiadas respetivamente por um diretor, cargo de direção intermédia do 1.º grau ou por um subdiretor, cargo de direção intermédia do 2.º grau.

Face ao exposto, torna-se necessário assegurar as funções de direção dos Centros Locais e das Unidades Locais adiante identificadas de entre as definidas no supra referido Despacho n.º 22 726-A/2007, de 21 de setembro de 2007. Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20.º

e 27.º e nos n.ºs 8, 9 e 10 do art.º 21.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, nomeio, em regime de substituição, os licenciados abaixo identificados para a direção dos Centros e Unidades Locais da ACT abaixo indicados por reunirem as condições de competência e aptidão necessárias para o exercício das referidas funções, como decorre das notas curriculares respetivas anexas ao presente despacho:

Para o Centro Local da Beira Alta, a licenciada Maria de Fátima dos Santos Palos;

Para o Centro Local de Lisboa Ocidental, o licenciado Luís Eduardo Minga Jerónimo;

Para o Centro Local da Península de Setúbal, o licenciado Vítor Manuel Fernandes Rodrigues Teixeira;

Para a Unidade Local do Barreiro, o licenciado José António de Oliveira Tavares.

O presente despacho produz efeitos na data da sua publicação.

13 de janeiro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

Notas curriculares

Maria de Fátima dos Santos Palos, nascida em 22/05/1967, natural da Guarda, licenciada em engenharia civil; No âmbito do projeto ERASMUS, efetuou estágio de fim de curso, em Surveyors' Department, Bridges and Structures Section, em West Sussex County Council, Inglaterra; pós-graduada em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, pela UBI — Universidade da Beira Interior. Projetista, em autoria e coautoria, de projetos de construção civil e engenharia civil em vias de comunicação, edifícios públicos e particulares e responsável pelo acompanhamento das respetivas obras de construção (1991/1994); Engenheira chefe dos Serviços de Circulação e Segurança da Direção de Estradas da Guarda da ex-JAE, agora EP - Estradas de Portugal SA, (1994/2001) e adjunta do Diretor de Estradas (1998/2001); Técnica superior (área da Prevenção) do ex-IDICT (2001/2005); Inspectora do trabalho (desde 2005). Diretora do Centro Local da Beira Alta (2010/2011) e coordenadora do mesmo, desde outubro de 2013. Conferencista em colóquios, no âmbito da SHST. Frequentou diversos seminários e ações de formação quer em Portugal quer no estrangeiro. Membro de grupos de trabalho da ACT, nomeadamente, “Perfil dos Coordenadores de Segurança, em Projeto e em Obra”; “Regulamento de Segurança e Saúde no Trabalho da C. Civil”; “Plataformas de Trabalhos em Altura”; Revisão do “DL 273/2008, de 29/2003”; Membro do júri de relatórios de estágio, da Pós-Graduação em SHST — nível V, ministrado na UBI; Orientadora pedagógica de Estágio de Formação Inicial para Ingresso na Carreira de Inspetor Superior do Trabalho.

Destaca-se ainda a publicação das seguintes obras: “Coordenação de Segurança na Construção — Que Rumo?” (coautoria), IGT, 2003; e elaboração dos seguintes trabalhos: “Equipamentos de Proteção Individual a Utilizar pela IGT em Ações Inspetivas — Vestuário de Segurança para Sinalização Visual do Utilizador”; e “Sugestões para Elaboração de Inquéritos de Acidentes de Trabalho — Método da Arvore de Causas”.

Luís Eduardo Minga Jerónimo, nascido em 17 de janeiro de 1966, natural de Carção, licenciado em Informática de Gestão; Parte Curricular do Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia; Pós-graduado em Segurança e Higiene do Trabalho; Frequência de formação de 6 meses em Especialização em Sociedade da Informação e Inovação na Administração Pública.

Inspetor do Trabalho desde agosto de 2001 com a categoria de Inspetor Superior Principal; Coordenador do Centro Local de Lisboa Ocidental desde março de 2013 até à presente data; Diretor de Serviços de Apoio à Gestão entre setembro de 2003 e outubro de 2005; Chefe de Divisão de Organização e Sistemas de Informação entre outubro de 2002 e setembro de 2003.

Participou em vários concursos como júri; Exerceu funções de formador, na fase teórica, e orientador pedagógico, na fase de formação em exercício, dos estágios de formação inicial para inspetores do trabalho; Exerceu funções de formador em várias ações internas e externas; Participou em diversas comissões, grupos de trabalho a nível nacional e internacional, destacando -se alguns: Trabalho Não Declarado (GTTND), Plataformas Eletrónicas (GTTIC), Harmonização dos Procedimentos Inspetivos (GTHARM), Membro do Conselho de Coordenação de Avaliação da Inspeção Geral do Trabalho — SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação na Administração Pública), Sistema de Informação da Actividade Inspectiva — SINAI (GT SIIGT), Escola Nacional de Estudos e Formação da Inspeção de Trabalho, Task-Force “Formulários na Internet”, Task-Force “Portal Internet — MSST”, Estudo do Balanço Social do MTSS, Projeto de Compras Eletrónicas do MTSS, Ponto Focal